

ENTRE UTOPIA LIBERTÁRIA E REALISMO POLÍTICO: GODWIN E SHELLEY DIANTE DA REVOLUÇÃO

Patrizia PIOZZI¹

- RESUMO: O artigo examina as idéias políticas de Godwin e Shelley, tendo como pano de fundo a emergência e crise do radicalismo “jacobino” inglês, durante a década de 1790. A análise busca mostrar o desenvolvimento – e impasses – dos ideais libertários destes autores diante das profundas transformações em curso, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX.
- PALAVRAS-CHAVE: Anarquia; revolução; modernidade; razão; utopia.

*And, by the incantation of this verse,
Scatter, as from an unextinguished hearth
Ashes and sparks, my words among mankind!
Be through my lips to unawakened earth
The trumpet of a prophecy! O, Wind,
If Winter comes, can Spring be far behind?
Shelley*

Ignorada pelos primeiros teóricos e militantes do socialismo libertário no século XIX, posteriormente redescoberta por Kropotkin e, desde então, definitivamente integrada à iconografia do movimento, a extensa e eclética obra de William Godwin tem hoje um círculo relativamente restrito de leitores, entre estudiosos e simpatizantes do anarquismo² e pesquisadores da história e literatura européias na “era das revoluções”. No entanto, durante a última década do século XVIII, Godwin foi, ao lado de Thomas Paine, a figura mais proeminente dentre um punhado de jovens escritores progressistas que travaram com os conservadores um acirrado debate em torno de questões então candentes: desde a reforma da constituição inglesa e, particularmente, do voto censitário, até a redistribuição da riqueza social e a legitimidade das revoluções e das formas institucionais delas emergentes.³

1 Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação – Unicamp – 13081-970 – Campinas – SP.

2 Dentre estes, destacamos George Woodcock que, em seu livro *Anarchism*, identifica o início da tradição ácrata moderna no coletivismo antiestatista do filósofo inglês: “Godwin foi dos primeiros a descrever claramente o vínculo estreito entre propriedade e poder, pelo qual os anarquistas tornaram-se inimigos do capitalismo e do Estado” (1970, cap.III, p.70; Cf. também, do mesmo autor, *A Biographical Study*, 1946).

3 Para uma reconstrução histórica deste debate, cf. Butler, 1984; Brailsford, 1913; Thompson, 1963.

Embora, ao contrário de Paine, nunca tenha tido participação intensa nos acontecimentos políticos de seu tempo, Godwin alcançou fama inesperada ao publicar, em 1793, o tratado político-filosófico *Enquiry Concerning Political Justice*,⁴ recebido, na época, como a mais completa e elaborada resposta às *Reflections on the Revolution in France* (1790), de Edmund Burke.⁵ O interesse suscitado por esse longo estudo, não só entre a intelectualidade engajada, mas também junto às associações operárias,⁶ explica-se pelo vínculo aí estabelecido entre o fato revolucionário e a emergência de uma organização coletivista autogerida. Embora a idéia de uma sociedade sem Estado já estivesse presente em escritos de outros radicais,⁷ sem dúvida apenas o *Enquiry* a desenvolvia sistematicamente, alicerçando-a numa concepção da natureza humana e da história, e associando-a ao fim da economia mercantil. Desta forma, vinha ao encontro das esperanças suscitadas pelos “extraordinários” eventos americanos e franceses entre os círculos oposicionistas, para os quais a independência da colônia ultramarina e o início da Revolução no continente anunciavam a nova Idade de Ouro do mundo, com o triunfo universal de relações livres e igualitárias entre os homens.

No entanto, a interpretação do tratado em chave acentuadamente libertária, perpetuada pela exegética anarquista, corre o risco de subestimar a tensão nele existente entre o projeto da comunidade futura e pontos de vista em torno de temas conjunturais, tensão esta ainda mais evidente após as mudanças introduzidas nas edições posteriores, respectivamente em 1796 e 1798. Com efeito, no texto originário, Godwin defendia genericamente o direito dos povos à autodeterminação política, mostrando grande entusiasmo pela forma incruenta com que este estava sendo conquistado na

4 Esta obra de Godwin foi editada por mais duas vezes, ao longo da década, em 1796 e 1798, com algumas modificações substanciais. Por esta razão, adotamos aqui uma edição que contém, além do *fac-simile* da última versão, os textos originais posteriormente revisados.

5 *O ataque de Burke aos princípios e métodos revolucionários causou grande impacto nos círculos radicais ingleses, provocando uma enxurrada de réplicas. Dentre estas, salientam-se: A Vindication of the Rights of Men de Mary Wollstonecraft (1790); Rights of Man de Thomas Paine (1791); e Vindiciae Gallicae de James Mackintosh (1791).*

6 Segundo Butler, quando os intelectuais radicais, reunidos na London Constitutional Society, decidiram publicar, em 1790, *Rights of Man*, de Paine, criaram, sem querer, um fugidio vínculo com os movimentos de massa, selado pela repercussão do panfleto entre as associações dos trabalhadores. Dentre estas, destacava-se a London Correspondence Society, dedicada à organização permanente de manifestações públicas. A influência direta das “cabeças pensantes” sobre a política popular teria tornado o radicalismo inglês explosivo, provocando o início da reação antijacobina, com a condenação de Paine por atividades subversivas. (Cf., 1984, p.7-8). No que diz respeito à penetração do *Enquiry* junto às camadas trabalhadoras, as avaliações dos comentadores divergem. Enquanto Woodcock (1970, p.84), por exemplo, realça a “enorme popularidade” atingida pela obra, inclusive entre os círculos operários, Thompson (1963, p.98) afirma que o “anarquismo filosófico de Godwin só atingiu este público após as guerras contra a França revolucionária, e, sobretudo, bem mais tarde, através das notas de Shelley a *Queen Mab*, nas edições piratas da peça”.

7 Thomas Paine, por exemplo, em seu *Common Sense and Crisis*, opõe ao Estado, figurado como símbolo da maldade humana, a organização social espontânea dos homens, voltada a promover a felicidade de forma positiva (Cf., 1953, p.5). Na análise de Woodcock, a visão negativa do Estado, persistente no pensamento de Paine, certamente influenciou Godwin, sobretudo durante o período de maior aproximação entre os dois, entre 1789 e 1792 (1970, p.47-8).

América e na França. Sua análise credita a ampla adesão aos ideais renovadores e a conseqüente inexistência de guerra civil nesses países ao esclarecimento alcançado pela opinião pública a respeito dos verdadeiros problemas da democracia. Assinalando as diferenças entre a sangüinária luta travada contra o absolutismo na Inglaterra do século XVII e o caráter fundamentalmente pacífico das transformações em curso em sua época, o autor afirma que

no caso da América e da França, a filosofia já tinha desenvolvido alguns dos grandes princípios da verdade política, e Sydney, Locke, Montesquieu e Rousseau tinham convencido a maioria das cabeças pensantes e poderosas dos males da usurpação. Se estas revoluções tivessem acontecido ainda mais tarde, nenhuma gota de sangue de um cidadão teria sido derramada por obra de outro, nem, talvez, tivesse existido qualquer violência ou confisco marcando esses eventos. (1946, v.3, p.286)

A crítica velada às insurreições, admitidas apenas como momentos supremos, quase imperceptíveis, de um longo processo educativo, torna-se explícita no texto revisado, sobretudo nas ponderações sobre o sufrágio universal e os meios legítimos de reforma política. Embora em princípio seja favorável ao governo democrático, Godwin (v.1, p.254) opõe-se decididamente à universalização imediata do direito de voto, em vista do estado de “infantil ignorância” em que se encontram as massas populares, incapazes por isso de distinguir entre o certo e o errado. Apontando para o “engano camuflado na palavra maioria”, que “consiste não no problema do número, mas da qualidade e grau de esclarecimento” (p.264), o filósofo subordina o efetivo exercício das liberdades civis e políticas a um drástico aprimoramento do nível intelectual do povo, alertando contra os propulsores da renovação a qualquer preço, a seu ver tão nocivos à causa da humanidade quanto os amigos do antigo.

Nesta óptica, a lenta reforma das instituições, resultado da obra pedagógica e ecumênica das luzes, aparece em oposição frontal ao movimento abrupto, violento, conflituoso das revoluções, em que interesses parciais e sentimentos de vingança acabam prevalecendo sobre as exigências do bem público, recriando governos despóticos, iguais aos anteriores, ou mesmo piores. Interrupções bruscas e perigosas do avanço progressivo dos homens rumo à liberdade, elas “perturbam a harmonia da natureza intelectual. Têm por objetivo nos dar algo para que não estamos preparados, e de que não podemos efetivamente usufruir. Suspendem o benéfico avanço da ciência, e confundem o processo da natureza e da razão” (p.274).

Diante deste diagnóstico das práticas insurrecionais, a defesa intransigente de seus princípios norteadores e a imputação de suas conseqüências perniciosas ao “excesso de sentimento virtuoso” de seus líderes podem parecer apenas um artifício retórico. No entanto, o ponto de vista contrário às revoluções, num texto originalmente escrito para refutar o ataque de Burke ao novo regime, não soa tão paradoxal se considerarmos que, em meados da década de 1790, os desdobramentos de 1789, culminados na ditadura jacobina e em seu trágico desfecho, já colocavam em xeque a fé iluminista no advento indolor de modelos societários governados pelas leis da razão.

Neste contexto, para quem acompanha a trajetória intelectual de Godwin e de seu círculo ao longo do último quarto do século, o *Enquiry* marca o ponto de inflexão entre a defesa irrestrita do evento revolucionário e o crescente pessimismo em torno de seu efetivo potencial libertador. No entanto, apesar de suas ambigüidades, o tratado permanece referência obrigatória para aqueles que reconhecem na doutrina godwiniana os fundamentos da filosofia anarquista moderna, na medida em que os temores aí manifestados diante dos rumos da Revolução Francesa não chegam a abalar a crença na racionalidade intrínseca dos homens, base imprescindível à futura comunidade ácrata.

Surpreendentemente, a sustentação lógica do modelo anárquico parece sucumbir ao realismo político num libelo publicado no mesmo período (1795),⁸ em que o autor afirma que a democracia direta é viável apenas em agrupamentos humanos pequenos, enquanto as complexas sociedades modernas exigem sempre leis formais e governos coercitivos. Seu argumento não incide sobre a maior facilidade de comunicação e debate em grupos mais restritos, mas realça a transparência dos indivíduos, permanentemente sob o controle do conjunto dos membros:

num círculo limitado e pequeno, todos exercem uma inspeção sobre todos. Não há ações passíveis de serem escondidas; a censura geral, ou o aplauso, segue imediatamente cada ato realizado. Mas nas nações dos homens não há nenhum olhar suficientemente penetrante para detectar cada má ação em sua origem; a astúcia escapa com sucesso às conseqüências que a justiça faria seguir ao delito. (1795, p.3)

A transgressão configura-se aí como inerente à vida social – irremediavelmente dividida entre as vontades particulares e as regras gerais –, conferindo legitimidade ao Estado: onde o olhar coletivo não for suficientemente penetrante, as instituições coercitivas tornam-se necessárias, desde que atuem de maneira “mitigada e esclarecida”. Isto posto, Godwin critica os atos repressivos do governo, ora em nome da liberdade dos cidadãos, ora em defesa da segurança estatal, emulando, freqüentemente, os alertas de Maquiavel ao príncipe. Em várias passagens, manifesta-se contra a proibição pura e simples das reuniões públicas, a favor de uma política alternativa de vigilância e controle que, mantendo o governo a par dos humores do povo, abra, ao mesmo tempo, um escoadouro para suas insatisfações, afastando o perigo da insurreição: “quanto mais longamente os descontentamentos forem reprimidos e ocultados, tanto maior será sua explosão quando vierem à tona” (p.52). Significativamente assinado por um Godwin “amante da ordem”, o texto configura uma ruptura teórica decisiva com o *Enquiry*, jogando a “comunidade dos livres e iguais” para além do alcance dos homens, numa dimensão espaço-temporal indefinida, certamente incompatível com “as coisas tais quais são”.⁹

8 Godwin, W. *Considerations on Lord Greville's and Mr. Pitt's Bills, Concerning Treasonable and Seditious Practices and Unlawful Assemblies*, libelo escrito durante a discussão de projetos de leis “anti-subversivas” no parlamento inglês.

9 O mais importante romance de Godwin, *Caleb Williams* (1794), cujo subtítulo é “Things as they are”, narra as desavenças infundáveis do herói principal, vítima das instituições e preconceitos imperantes no mundo real.

A angustiada convivência entre os princípios libertários e o pessimismo em torno de sua concretização no mundo real revela a dificuldade de conciliar o modelo abstrato com um fato novo, trazido à tona pela Revolução Francesa: a presença direta das massas no cenário político. Com efeito, no construto ideal godwiniano, a nova ordem seria produzida pelo avanço e popularização do conhecimento: para os seres racionais gerados ao longo deste processo, a total transparência de cada um ao olhar de todos não constituiria violência à sua liberdade, na medida em que, esclarecidos a respeito da correta relação entre direitos e deveres, em hipótese alguma entrariam em conflito com o bem público. A crença no advento próximo deste “reino da liberdade”, partilhada por Godwin e seu grupo, baseava-se, por um lado, na constatação de que as propostas renovadoras estavam se espalhando rapidamente, graças ao aprimoramento intelectual da opinião pública, acelerado após a invenção da imprensa, e, por outro, no pressuposto da incorruptibilidade dos pobres. Ignorantes, porém inocentes, estes constituiriam um perfeito receptáculo para as novas idéias, a tábula rasa sobre a qual as luzes operariam, garantindo a “civildade” do processo. É a partir deste diagnóstico que Mackintosh (1791, p.52), por exemplo, defende o sufrágio universal em 1791: a “multidão atingiu conhecimento suficiente para reconhecer a superioridade do homem esclarecido”.

No entanto, após o choque causado pela experiência jacobina, a figura idílica do povo ingênuo e de coração puro cede lugar a outra, terrificante e sinistra, da canalha rude e vingativa, manipulada pelos “demagogos e agitadores” surgidos no bojo do movimento. A suposta oposição frontal entre estes últimos e os intelectuais, sempre figurados como os legítimos representantes do progresso, explica porque Godwin combate decididamente a censura ao escritor político, reconhecendo, porém, a necessidade de regulamentar o direito de reunião: enquanto a linguagem das “cabeças pensantes”, por seu caráter demonstrativo, é esclarecedora, o discurso do líder de massa, voltado à destruição de seu adversário, utiliza uma retórica repleta de imagens, buscando, com isso, a uniformização imediata das opiniões dos ouvintes. No *Enquiry*, o autor já distingue entre as rumorosas assembléias de rua, lugar próprio à irrupção descontrolada de sonhos e ressentimentos, e os diminutos “círculos de instrução”, formados por homens cultos, devotados a estabelecer e a divulgar a verdade pelo debate racional de idéias. Em suas palavras: “arengas e declamações levam à paixão e não ao conhecimento. A memória de quem ouve é embutida de pomposas nulidades, de imagens e não de argumentos” (Godwin, 1946, v.1, p.290). Este ponto de vista, reiterado em outros escritos, radicaliza-se sobremaneira em *Thoughts Occasioned by the Perusal of Dr. Parr's Spital Sermon*, ensaio publicado em 1801, que contém uma espécie de balanço dos anos “jacobinos”. Ai confessa sua ojeriza à “mob”, até mesmo quando composta por pessoas cultivadas: “não costumo ser alarmista; reconheço porém que, no que diz respeito ao que é público, não tenho simpatia pela multidão, seja ela vulgar ou educada” (1801, p.20).

A rejeição da democracia de massa, após os eventos inaugurados no ano II, é comum aos radicais ingleses que tinham inicialmente se erguido em defesa da

Revolução. Alguns, como Coleridge e Mackintosh, evoluem para posições conservadoras, e até mesmo uma libertária convicta como Mary Wollstonecraft revela, em sua crônica dos acontecimentos franceses, grande perplexidade diante da “insânia” do povo parisiense. Embora formalmente atribua aos crimes e mau exemplo dos poderosos a responsabilidade pelo barbarismo e loucura da multidão, sua interpretação dos acontecimentos, dominada pela imagem da plebe sangüinária, desemboca em concepções reformistas e intelectualistas do processo transformador, similares às de Godwin. Os filósofos, aptos a explicar e a endireitar o curso dos eventos, constituem a única esperança de redenção da humanidade moderna. Em contraste, os deserdados do sistema, frutos de séculos de violência e engano, acabaram reproduzindo, em sua tentativa de construir um mundo novo, as mesmas relações que os tinham gerado:

se olharmos para a história dos homens, dificilmente vamos encontrar uma página que não esteja cheia de atos insanos ou de conflitos sangrentos. Se examinarmos a lista dos vícios humanos no estado selvagem e os compararmos com os dos homens civilizados, constataremos que o bárbaro, considerado como ser moral, é um anjo, se confrontado com o vilão de vida artificial ... apenas o olhar do filósofo que penetra na natureza e avalia as conseqüências das ações humanas poderá discernir a causa que produziu tais horríveis efeitos. (Wollstonecraft, 1794, v.1, p.521-2)

Wollstonecraft morreu antes do melancólico ocaso do “jacobinismo inglês”. Godwin, contrariamente a muitos radicais dos anos 90, continuou proclamando seu credo libertário. Em 1801, sintetiza a coerência, e os impasses, de suas concepções, quando, ao criticar os que viraram as costas às idéias progressistas, reafirma que sua obra principal é “filha da Revolução Francesa” (1801, p.2), lembrando ao mesmo tempo que, desde então, se declarava “inimigo das revoluções” (p.5).

A passagem do século inaugura nova etapa na vida do pensador inglês. Bem mais afastado do debate público, dedica-se quase integralmente a redigir obras de literatura e livros didáticos de história e gramática inglesa buscando, talvez, realizar a missão educadora por ele atribuída ao homem esclarecido. Os poucos textos políticos que escreveu nesse período, como, por exemplo, a resposta (1820) ao ensaio sobre a população, de Malthus, revelam uma visão desencantada do seu tempo, anunciando a emergência de traços românticos em sua doutrina, em contraste com o otimismo racionalista predominante nos anos anteriores.

Sem dúvida, seu projeto societário permanece centrado na idéia da total transparência e confiança mútua dos membros. Porém, enquanto na década de 1790 Godwin realçava a compreensão intelectual da verdade, nesta fase acentua os sentimentos naturais de benevolência e solidariedade. O papel primordial atribuído a estes na construção da nova ordem revela-se cristalinamente em suas considerações sobre ensino e linguagem. A proposta de educação escolar redigida em 1783¹⁰

10 Cf. Godwin, 1783. O texto foi originalmente escrito para divulgar as diretrizes pedagógicas da escola que Godwin pretendia abrir em Epsom, no Surrey. Embora o projeto não tenha se concretizado, por falta de alunos, a proposta educacional do filósofo teve certa repercussão entre as correntes progressistas atuantes nesta área.

priorizava o estudo das línguas e literaturas modernas, defendendo, contra os adoradores do passado, os resultados do progresso histórico, medidos pelo avanço do conhecimento:

é sem dúvida possível levar a paixão pelos antigos a um extremo ridículo. Nenhum homem pode razoavelmente negar que apenas nós atingimos o verdadeiro conhecimento do universo e que fizemos avanços efetivamente valiosos em muitos campos. (1783, p.9).

Em contraste, já em 1801, Godwin (1801, p.20) confessa seu pecado racionalista, admitindo que "... a mente humana é constituída de tal modo que nossas ações, na maior parte dos casos, são muito mais criaturas do sentimento e do afeto que do entendimento". Numa reminiscência claramente rousseauiana, reconhece no sentimento inato de benevolência a fonte originária da sociabilidade, embora continue, como o genebrino, atribuindo à razão o papel de regulá-lo e educá-lo.

A mudança de suas concepções se concretiza plenamente na obra de cunho testamentário, *Thoughts on Man* (1831), em que, numa guinada de 180 graus em relação ao projeto de 1783, a virtude dos antigos é elevada a modelo supremo de uma perfeita educação moral, enquanto os modernos são associados às idéias de corrupção, vício, decadência e, especialmente, ao triunfo do individualismo: enquanto a doutrina da universal filantropia teria florescido nas "melhores épocas da Grécia e de Roma", o desprezível credo do amor próprio teria se originado na "efeminada e corrupta corte de Luís XIV", tornando-se o catecismo da humanidade civilizada (p.225). Enfim, "o homem da razão" – segundo o sugestivo epíteto a ele atribuído por Woodcock –, crítico feroz, no *Enquiry*, das insídias ocultadas na fala figurativa, reconhece o papel da imaginação no desenvolvimento dos sentimentos mais generosos e doces dos homens, alicerces necessários para tornar o "edifício da liberdade política sólido e duradouro" (p.223).

Da mesma forma, enquanto nos escritos juvenis atribuía à linguagem sofisticada da civilização o poder de transmitir as verdades da ciência, aqui faz a apologia da fala simples, próxima da natureza, identificando na transparência, sinceridade e espontaneidade os elementos essenciais do discurso. Para contribuir efetivamente ao progresso moral dos homens, a palavra deve, acima de tudo, expressar "a correspondência entre o coração e a língua de forma imediata" (p.313). A certeza da superioridade do natural sobre o "policiado", que percorre toda a obra, é simbolizada na comparação entre o movimento do animal e o do dançarino: "nossos membros devem se movimentar livremente e espontaneamente – uma condição do animal que provê uma graça infinitamente maior à do mais habilidoso dançarino" (Ibidem).

O pensamento tardio de William Godwin revela importantes fissuras na crença no poder libertador da razão, renunciando um dos impasses teóricos centrais da doutrina anarquista do século XIX. As imagens do egoísmo característico do espírito moderno começam a se sobrepor ao diagnóstico positivo dos novos tempos. Tal sobreposição, apenas esboçada, para não dizer camuflada, na abstrata argumentação filosófico-moral do último Godwin, tão coerente com sua prosa anti-séptica, torna-se

central e adquire tintas dramáticas na obra política de Shelley, seu genro e mais famoso discípulo.

Em 1811, vários anos após a dispersão dos círculos radicais de 1790, o jovem poeta descobriu o *Enquiry*, já então relegado ao esquecimento, encontrando nele a maior fonte teórica para numerosos libelos e ensaios políticos e filosóficos, redigidos entre 1812 e 1822, ano de sua morte. Quem começa a examinar estes textos é surpreendido pela impressionante proximidade entre o credo social e as propostas dos dois autores. Adepto, como Godwin, de concepções evolucionistas do processo histórico, a ponto de defender a adoção do sufrágio universal “por etapas”, correspondentes, em sua óptica, ao grau atingido pelo esclarecimento público (Cf. Shelley, 1954c, p.158-62), Shelley também manifesta seu espanto diante dos atos arbitrários e violentos ocorridos na Grande Revolução, projetando a imagem da sociedade igualitária ao fim de uma longa e pacífica sucessão de reformas institucionais.

No entanto, apesar da semelhança de pontos de vista, grandes diferenças de estilo, personalidade e maneira de encarar a missão do escritor se revelam em suas prosas, separadas, também, pela enorme distância de *Geist* entre a era de radicalismo inaugurada no último quarto do século XVIII e o clima de “compromisso” e “restauração” trazido pelos primeiros anos do *Ottocento*. O breve período de vida adulta de Shelley transcorreu na segunda década do século, numa quadra de eclipse das perspectivas libertárias e progressistas diante dos devastadores efeitos sociais do capitalismo emergente, visíveis no agravamento das condições de vida das populações urbanas e, em particular, dos trabalhadores fabris. Tais circunstâncias influenciaram fortemente seu pensamento, centrado na denúncia das novas formas de exploração e domínio geradas na modernidade e seladas pela aliança entre a velha elite e a nova “aristocracia do dinheiro”.

O retrato sombrio das condições de vida dos pobres, assim como dos “crimes” dos ricos e poderosos na sociedade burguesa, constrói-se em sua prosa pelo entrelaçamento de argumentos sociopolíticos e imagens de grande impacto emocional, num dramático contraste com o onipresente otimismo racionalista herdado dos homens das luzes. Um exemplo deste conflito “interno” ao discurso pode ser encontrado em “A Philosophical Point of View of Reform”, longo ensaio escrito em 1817, em que o poeta expõe os fundamentos teóricos de suas propostas em torno dos meios mais adequados e legítimos de transformação social. Após uma breve análise da história europeia, voltada a mostrar o avanço irresistível das forças do conhecimento e da liberdade, culminado nas grandes transformações econômico-políticas da era moderna, o texto inverte radicalmente seu “rumo”, passando a denunciar os males trazidos por este mesmo movimento para a nova legião de explorados, excluídos dos benefícios do sistema representativo e do progresso econômico.

A sociedade moderna é como uma máquina, supostamente voltada para finalidades úteis, cuja força é potenciada ao máximo por um delicado sistema mecânico, mas que, ao invés de moer grão e bombear água, atua contra si mesma e está perpetuamente desgastando ou destruindo as rodas que a compõem. (Shelley, 1954b, p.233).

Apesar das investidas contra a insânia de uma sociedade movida exclusivamente pelas determinações do interesse, neste texto Shelley ainda preserva da crítica o princípio utilitarista subjacente às teorias liberais predominantes no século XVIII, assinalando a defasagem entre os objetivos superiores de seus idealizadores e seu crescimento perverso no mundo moderno. O ataque direto ao racionalismo iluminista é conduzido no famoso estudo escrito em 1820 "Em defesa da poesia", considerada por seu amigo Thomas Peacock a expressão própria ao estágio primitivo da vida, em contraste com as formas mais práticas e úteis de pensamento, características dos povos civilizados.¹¹ Shelley, dando as costas ao *Enquiry* e aproximando-se das críticas de Rousseau aos *philosophes*, atribui à razão, reduzida a cálculo egoísta pelas exigências do interesse privado, a responsabilidade pelo desequilíbrio e despotismo imperantes na sociedade moderna, "efeitos que brotam necessariamente de um desmesurado exercício da faculdade de calcular" (1954a, p.292).

Em oposição ao cultivo das artes mecânicas, que estabeleceu um domínio sem precedentes sobre o mundo, trazendo, porém, escravidão aos homens, as faculdades de sentir e imaginar aparecem ao poeta como as únicas capazes de libertá-los: o amor, essência última da sociabilidade, base de toda ordem moral justa, penetra e se fixa de forma indelével em seus corações por meio da imaginação, revertendo os efeitos maléficos causados pelo sistema mercantil: "a poesia e o princípio egoísta, do qual o dinheiro é a encarnação visível, são o Deus e o Mammon do mundo" (p.293).

No entanto, a valorização do sentimento e da linguagem figurada não se traduz, em momento algum, na apologia do que é simples, popular, primitivo. Nem a crítica ao progresso científico e industrial, nem a extraordinária empatia com o sofrimento e as lutas dos miseráveis, a quem dedica tantas páginas de seus escritos, significam a adesão a uma perspectiva populista. A análise de suas propostas políticas mostra que o poeta nunca atribuiu às formas de vida e às lutas espontâneas dos deserdados do sistema a missão de gerar a nova ordem. À imagem do burguês filistino, não opõe nem a figura do pobre puro de coração, tão celebrada em certa literatura da época, nem a do proletário moderno, que inspirará o movimento socialista. Ao contrário, mostra-se apreensivo diante da incapacidade do povo de escolher seus representantes e de se governar a si próprio. Basta pensar nas inúmeras referências ao "banho de sangue" e aos regimes despóticos emersos da França revolucionária, sempre atribuídos à ação da "mob" inculta e ressentida, manipulada por "novos" fabricantes de mentiras.

O ponto de vista segundo o qual o novo não pode surgir diretamente das revoluções de massa, voltadas a derrubar formas de governo, mas impotentes em extinguir pela raiz "aquelas paixões que são o espírito destas formas" (1954b, p.236), parece apenas reafirmar as teses de Godwin sobre a necessidade de democratizar o conhecimento. Na verdade, enquanto neste último a falta de esclarecimento público

11 O ensaio intitulado "A defense of poetry" foi redigido por Shelley em 1820, em resposta ao artigo de Thomas Love Peacock, "Four ages of poetry", publicado na revista *Literary Miscellany*. Na ocasião, Shelley escreveu para o autor, expondo a "fúria sagrada" nele suscitada por seus "anátemas contra a poesia" (Cf. 1954a, p.275).

configura-se como uma insuficiência a ser progressivamente sanada pela obra das luzes, na óptica de Shelley, a ignorância e degradação moral do povo é permanentemente repostada pela sucessão dos sistemas de domínio e exploração, agravando-se, sob muitos aspectos, na era industrial.

Ao mostrar o vínculo necessário entre a face “dourada” e a selvagem do mundo moderno, o poeta desvenda a essência autofágica de um processo civilizatório que gera e perpetua seu próprio oposto. No entanto, a desolação e a fúria diante do recorrente renascimento do “mesmo” convivem lado a lado com a firme certeza do lento, contínuo, às vezes “silencioso” movimento rumo ao novo, atuante até mesmo nas conjunturas mais adversas. O lugar onde este progresso deita raízes, floresce e adquire visibilidade não se encontra nem no crescimento “desmesurado” da razão utilitária, nem em seu contrário, as formas de vida e cultura elementares, nem também nas explosões repentinas das vítimas do sistema; ele pode ser reconhecido na ação direta, e pacífica, dos povos em prol das reformas, sob inspiração das grandes utopias filosóficas, traduzidas nas imagens “maravilhosas” da linguagem poética. Esta, dom “divino” concedido a poucos eleitos, tem, no entanto, o poder de penetrar no coração de *todos* os homens, suscitando neles o amor ao bem público e o desejo de agir para efetivá-lo. Ou, segundo as palavras do comentador de Shelley: “A poesia reúne ritual e mito, o primitivo e o civilizado, a rítmica dança e a abstração filosófica. No poema revolucionário, o novo mundo é representado como se fosse real, como permanente possibilidade” (McNiece, 1969, p.123).

Ao conferir aos poetas o papel de “guiar” a atividade pública das massas, Shelley parece negar e, ao mesmo tempo, fundir em sua doutrina política as concepções rigidamente racionalistas das luzes, das quais o *Enquiry* é exemplo clássico, e o populismo antiintelectualista tão recorrente na crítica de matriz rousseauiana da *forma mentis* moderna.

Nesta fusão, é possível reconhecer a tentativa de dar resposta ao dilema gerado pelo impacto dos fatos sobre o modelo ideal, elemento nuclear das idéias políticas de Shelley. Efetivamente, o retrato apocalíptico da desumanização ocorrida concomitantemente aos grandes avanços da ciência e das “artes mecânicas” torna o problema da emergência do reino da justiça particularmente árduo, na medida em que ela supõe não só o entendimento “claro e distinto” do verdadeiro, mas a redenção moral de um homem corrompido e degradado. Como vimos acima, o velho Godwin já punha em dúvida a onipotência do caminho exclusivamente intelectualivo num mundo dominado pela cultura do individualismo e decodificado pela razão utilitária, buscando no sentimento e na fantasia as fontes alternativas da transformação social. Enquanto seu sogro, decepcionado pelos contemporâneos, permanece no plano abstrato das considerações filosóficas gerais, Shelley se movimenta até o fim no terreno da política, fazendo de sua arte um instrumento de denúncia e propaganda, e conclamando os poetas a iluminar o movimento das massas com a visão radiosa de um futuro de justiça e solidariedade.

Não cabe aqui questionar o caráter “idealista” destas análises e propostas, sob o risco de plagiar os verbetes das enciclopédias de ciência social, onde se encontram

classificadas entre os exemplos da fase “pré-científica” do socialismo. Não se trata, também, de seguir a trilha já percorrida pelos comentadores “engajados”,¹² procurando estabelecer seus aspectos democráticos e revolucionários contra a hermenêutica voltada a demonstrar seu cerne elitista, ou até mesmo aristocrático. Talvez, o legado mais importante dessas doutrinas nasça precisamente de sua tensão irresolvida entre utopia libertária e realismo político, diante do nascimento da democracia moderna: por um lado, ao apontar para os limites das revoluções de massa na construção de relações igualitárias entre os homens, elas antecipam problemas, enfrentados pelas teorias revolucionárias em seu confronto com a realidade; por outro, para além das diferenças de pontos de vista entre seus adeptos, elas têm em comum a certeza de que a verdade e a beleza, e não a força e a mentira, podem gerar a nova ordem. Enfim, embora os anseios, dúvidas, projetos aí presentes possam soar anacrônicos, para não dizer fantasiosos, nos dias de hoje, cabe lembrar que a profecia de um mundo sem proprietários nem governos, povoado por homens livres e cooperativos, está na gênese da tradição socialista no século XIX, marcando seu período mais promissor, antes da submissão à “lógica do possível”.

PIOZZI, P. Between libertarian utopia and political realism: Godwin and Shelley on revolution. *Trans/Form/Ação* (São Paulo), v.19, p.35-46, 1996.

- **ABSTRACT:** *This article investigates Godwin's and Shelley's political ideas within the broad backdrop established by the emergence and crisis of the English "jacobin" radicalism. The following analysis explores the development of and problems faced by the libertarian ideals of those thinkers and their reactions to the dramatic social and political changes which took place between the end of the XVIIIth and beginnings of the XIXth centuries.*
- **KEYWORDS:** *Anarchy; revolution; modernity; reason; utopia.*

Referências bibliográficas

BRAILSFORD, H. N. *Shelley, Godwin and their Circle*. London: Williams and Norgate, 1913.
BUTLER, M. *Burke, Paine, Godwin and the Revolution Controversy*. Cambridge: CUP, 1984.
FOOT, P. *Red Shelley*. London: Book Marks, 1984.
GODWIN, W. *An Account of the Seminary that will be opened on Monday, the fourth day of August at Epsom in Surrey*. London: T. Cadell, 1783.

12 Dentre estes, além do já citado George Woodcock, destaca-se Paul Foot (1984), autor de livro voltado a recuperar o fundo revolucionário da doutrina política de Shelley.

- GODWIN, W. *Considerations on Lord' Grenville' and Mr. Pitt's Bills* (by a "lover of order"). London: J. Johnson, 1795.
- _____. *Thoughts Occasioned by the Perusal of Dr. Parr's Spital Sermon, Being a Reply to the Attacks of Dr. Parr, Mackintosh, Malthus, and others*. London: J. P. Robinson, 1801.
- _____. *Of Population: An Enquiry Concerning the Power of Increase in the Numbers of Mankind*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1820.
- _____. *Thoughts on Man, his Nature, Production, and Discoveries; Interspersed with Some Particulars Respecting the Author*. London: E. Wilson, 1831.
- _____. *Enquiry Concerning Political Justice and its Influence on Morals and Happiness*. Toronto: University of Toronto, 1946. 3v.
- _____. *Caleb Williams*. Oxford: OUP, 1991.
- MACKINTOSH, J. *Vindiciae Gallicae, defense of the French Revolution and its English Admirers Against the Accusations of the Right Hon. Edmund Burke*. London: J. Robinson, 1791.
- McNIECE, G. *Shelley and the Revolutionary Idea*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969.
- PAINE, T. *Rights of Man, Being an Answer to Mr. Burke's Attack on the French Revolution*. London: Everyman's Library, 1915.
- _____. *Common Sense*. In: _____. *Common Sense and Other Political Writings*. Indianapolis: Bobbs-Merril, 1953.
- SHELLEY, P. B. A Defense of Poetry. In: Clarke, D. L. (Org.) *Shelley's Prose or the Trumpet of a Prophecy*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1954a.
- _____. A Philosophical point of view of Reform. In: Clarke, D. L. (Org.) *Shelley's Prose or the Trumpet of a Prophecy*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1954b.
- _____. A Proposal for Putting Reform to the Vote Throughout the Kingdom. In: Clarke, D. L. (Org.) *Shelley's Prose or the Trumpet of a Prophecy*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1954c.
- THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Gollancz, 1963.
- WOLLSTONECRAFT, M. *A Vindication of the Rights of Men, in a Letter to the Hon. Edmund Burke; Occasioned by his Reflections on the Revolution in France*, London, 1790. (Editado pela autora).
- _____. *An Historical and Moral View of the French Revolution and the Effects it has produced in Europe*. London: Robinson, 1794. v.I.
- WOODCOCK, G. *Godwin: A Biographical Study*. London: Porcupine Press, 1946.
- _____. *Anarchism: A History of Libertarian Ideas and Movements*. Harmondsworth: Pelican, 1970.